

O CANTO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (MMTR) DE INHAMBUPE: UMA LITERATURA PARA ALÉM DAS LETRAS

Sandra Carvalho cruz

Resumo: Neste artigo, buscamos refletir sobre o potencial político, cultural e literário dos cantos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe, enquanto poética oral, produzida e divulgada por mulheres que trabalham na roça. Para tanto, lemos e relemos os cantos produzidos/entoados pelas integrantes do Movimento, lemos as performances das apresentações culturais realizadas no dia oito de março de 2018, analisamos muitas cenas e discursos flagrados nesse dia. Utilizamos como referencial teórico Edil Costa, Ari Lima, Hampaté Bâ, Espino Gonzalo, Jerusa Pires, Jonathan Culler, Ângela B. Kleiman, Brian Street, entre outros. Por meio desse estudo percebemos que a literatura oral tanto quanto a escrita apresenta grande potencial literária, que os sons, o ritmo, as cores, os gestos também compõem a poética da voz e que o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe agencia letramentos, não apenas entre as integrantes do Movimento, mas também para o público leitor/ouvinte.

Palavras-chave: Canto do MMTR de Inhambupe. Literatura oral. Letramento.

THE CORNER OF THE MOVEMENT OF RURAL WORKING WOMEN (MMTR) INHAMBUPE: A LITERATURE BEYOND THE LETTER

Abstract: In this article, we sought to reflect on the political, cultural and literary potential of the Inhambupe Movement Movement of Rural Working Women (MMTR) as oral poetics, produced and disseminat-

ed by women who work in the field. To do so, we read and re-read the songs produced / chanted by members of the Movement, read the performances of the cultural presentations held on March 8, 2018, analyzed many scenes and speeches caught that day. We use as a theoretical reference Edil Costa, Ari Lima, Hampaté Bâ, Espino Gonzalo, Jerusa Pires, Jonathan Culler, Ângela B. Kleiman, Brian Street, among others. Through this study we realized that oral literature as much as writing has great literary potential, that sounds, rhythm, colors, gestures also make up the poetics of the voice and that the Inhambupe Movement of Rural Women Workers (MMTR) not only among the members of the Movement, but also for the readership / listener.

key words: Corner of the MMTR of Inhambupe. Oral literature. Literature.

Olê mariê, olê Mariá, Olê mariê, olê Mariá,
ô mulher saia da cozinha vem ocupar teu lugar
Mulher frágil era um ditado para menos te tornar
Mas quem viu revolução sem mulher funcionar
Mulher não deixa essa canga no teu corpo a
machucar
Vem enfeitar o teu pescoço prende nele um colar

Iniciei esse texto compartilhando um registro sonoro que ficou marcado na minha memória, é o trecho de um canto, transcrito acima, entoado pelas mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe, que ouvi no dia oito de março de 2018. Nessa data, que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, é feriado municipal em Inhambupe, uma das conquistas alcançadas pelo referido Movimento.

Ao participar dessa festa em comemoração ao dia da mulher, percebi que tão rico culturalmente e linguisticamen-

te quanto as letras do canto, é visualizar a performance das mulheres, a participação do público, os sons dos instrumentos musicais, as cores que compõem aquele cenário, o cheiro da terra subindo por causa das pisadas e do arrastar dos pés das mulheres que dançavam ao entoar o canto. Andréa Betânia da Silva (2014, p. 70), pesquisadora da cultura oral, afirma:

As poéticas orais conseguem escapar, em parte, dos ditames impostos pelos princípios do grafocentrismo, do logocentrismo, valendo-se de sua capacidade de renovação e constituição complexa, pois a relação que estabelecem com a memória, rompe os limites dos olhos, planando através de recursos auditivos, táteis, gustativos e olfativos, cuja amplitude não pode jamais ser capturadas pelas lentes.

Nesse sentido, a literatura oral compõe-se de elementos outros não capturados pela literatura escrita, esta agrega as performances, os gestos, os tons, tudo isso aos significados construídos com a vocalização do texto falado. Todavia, esse pensamento não desqualifica a literatura escrita, nem qualquer outro suporte que possa ser utilizado ao produzir e proliferar a cultura e a literatura, mas valoriza a oralidade que por muito tempo ficou qualificada como cultura menor, apontada como um conhecimento que não deveria ser estudado no espaço acadêmico. Segundo Edil Costa, (2015, p. 12), no texto, *Narrativas orais na contemporaneidade: conexões e fissuras*: “A poética da voz na contemporaneidade deve incluir a oralidade mediatizada por esses suportes, para além da presença física de um narrador e de uma situação de transmissão idealizada”.

Pensando nessa relação: oralidade, escrita e mídias, em geral, é importante salientar que parte dessa memória que em mim foi ativada ocorreu por conta de um vídeo que fiz utilizando a câmera do meu celular. Nesse vídeo a imagem que inicia a movimentação das mulheres é a da líder do MMTR de Inhambupe, Maria Helena Leys, caminhando e dançando em uma roda composta pelas companheiras. Ficou bem marcada a imagem de Maria Helena passando com um chapéu branco de tecido florido, com fita lilás, na cabeça, que combinava com as camisas padronizadas do Movimento e segurando um microfone na mão, pois ela era a narradora que puxava as cantigas e as outras seguiam como um coral. O termo narradora nesse contexto é utilizado com um sentido mais amplo, como esclarece a estudiosa Edil costa, (2013, p. 4) no texto, *Por uma cartografia das poéticas da voz na Bahia: Métodos de registro e interpretação*: “.. o termo narrativas é tomado aqui no sentido amplo como textos diversos que são falados, cantados, dançados e dramatizados e que constroem assim um sentido para os modos de vida de uma comunidade”. Importante acrescentar que a imagem produzida era muito bonita e colorida, o céu claro produziu um bom reflexo junto às cores rosa e lilás que a maioria das mulheres estavam vestidas, com as saias rodadas e coloridas e os chapéus, na maioria, branco de crochê com umas flores rosa e lilás também. O cenário ainda era composto por cartazes do MMTR pendurados nos toldos e nas árvores, que embelezam o local e refrescam o ambiente. Além dos outros ouvintes/participantes da cantoria.

Porém, mesmo diante da tentativa de descrever o ambiente da manifestação cultural de Inhambupe e região, isso

não substitui a experiência de todos que vivenciaram esses momentos, mesmo entre os presentes cada um visualizou e sentiu aquelas manifestações culturais de forma diferente: As mulheres do MMTR sentiram de forma diferente dos ouvintes, que sentiram diferente de mim, enquanto pesquisadora. Ari Lima (2016, p. 24) elucida: “A grande dificuldade, então, em relação à experiência, diz Bruner, é que só podemos experimentar nossa própria vida, nunca podemos conhecer completamente uma vida alheia por melhores que sejam nossos recursos e métodos”. Entretanto, Lima (2016, p. 24) segue dizendo que a experiência individual pode ser ultrapassada através da interpretação de expressões. “Dilthey significa interpretação como escuta, atenção, compreensão, e “expressões” como representações, performances, objetificações ou textos”.

Embora ler:

Olê mariê, olê Mariá, Olê mariê, olê Mariá,
ô mulher saia da cozinha vem ocupar teu lugar
Mulher frágil era um ditado para menos te tornar
Mas quem viu revolução sem mulher funcionar
Mulher não deixa essa canga no teu corpo a
machucar
Vem enfeitar o teu pescoço prende nele um colar.

Tenha sido uma ação muito boa e enriquecedora, não foi tão marcante quanto ouvir as mulheres cantarem. Ouvilas me fez observar aspectos que vão além da letra, por exemplo, no primeiro verso o uso do acento circunflexo tenta marcar o som fechado das vogais finais, na cantoria o som dessa vogal se prolonga Oleeeê marieeeê... e segue um ritmo de samba de roda, acompanhado pelo triângulo e a Zabumba, acrescentado das palmas, que no refrão: Olê mariê, olê

Mariá, Olê mariê, olê Mariá, é marcada por cinco palmas batidas no mesmo ritmo e uma parada. Nos versos seguintes, elas batem quatorze palmas e uma parada, nesse ritmo segue também o arrastar e a batida dos pés. No final de cada palma a sílaba da palavra se prolonga e as cantoras controlam a respiração, deixam o ar sair. Toda essa sincronia auxiliou minha memória a guardar a letra da música. Nesse sentido, Ari Lima (2016, p. 29), baseado em Blacking, esclarece:

Se o discurso musical é essencialmente não-verbal, embora as palavras influenciem sua estrutura em muitos casos, analisar uma linguagem não-verbal através de uma linguagem verbal pode significar uma distorção do que é evidente. John Blacking propõe que a experiência da música seja analisada no nível verbal e não verbal. O nível verbal significa falar como analista e fruidor da música. A categoria “analista” inclui os performers, os ouvintes e os pesquisadores. O nível não-verbal significa compreender a performance como um modo de conhecimento, como uma experiência em que um “sound group” é um grupo de pessoas que compartilham uma linguagem musical comum e ideias sobre a música e seu uso.

Sendo assim, analisar os cantos do MMTR de Inhambupe no momento de sua enunciação, permitiu-me pensá-los no seu aspecto verbal e não verbal, perceber as performances e a linguagem musical daquele grupo, que mistura muitas vezes o forró com o samba de roda. Algumas músicas elas cantam em ritmo de forró, utilizando inclusive a sanfona e outras em ritmo de samba, usando os mesmos instrumentos musicais. Em alguns momentos o ritmo do samba é tão acelerado que quando os participantes da cantoria dançam, sobe

muita poeira e entram na roda pessoas de todas as idades, crianças, jovens e senhoras.

Nesse sentido, não podemos experienciar a vida das Mulheres Trabalhadoras Rurais, mas podemos escutá-las, compreendê-las. O canto que inicia esse texto, fala: “mulher saia da cozinha vem ocupar seu lugar”, ou seja, questiona o lugar historicamente estabelecido para a mulher, que seria o ambiente privado, o do lar, e a cozinha seria o principal lugar da mulher em uma sociedade patriarcal como a brasileira. Isso para muitos pode causar estranheza e questionamentos do tipo: como essas mulheres que trabalham na roça, que foram educadas pelos seus pais para cuidar da casa e do marido estão questionando, ou melhor, afirmando, que o seu lugar não é na cozinha? No canto, elas seguem dizendo: “Mulher frágil era um ditado pra menos te tornar, mas quem viu revolução sem mulher funcionar”, nesse ponto as mulheres se admitem fortes e revolucionárias, cidadãs que vão às ruas, as assembleias, onde for necessário para buscarem seus direitos. Nos últimos versos elas cantam: “Mulher não deixa esta canga no teu corpo a machucar, vem enfeitar o teu pescoço prende nele um colar”, nesse ponto as palavras canga e colar simbolizam, uma, o sofrimento, a violência; outra, a beleza, a leveza de ser livre, de tomar suas próprias decisões, de não permitir que um patriarcalismo violento as aprisione no ambiente doméstico, que retire delas o direito de fala e em muitos casos o direito de ir e vir, que era dado aos esposos. Isso ficou claro em muitos depoimentos das mulheres.

Porém não é fácil desconstruir o comportamento instintivo e já aceito como natural, acreditamos desde muito cedo que a mulher nasceu com o instinto de proteção, amá-

vel, dócil, com habilidades para fazer as atividades domésticas e os homens nascem fortes, com maior capacidade para exercer cargos políticos, de direção, frequentar o ambiente público. Lutar contra isso é lutar contra uma tradição inventada, e institucionalizada há muitos anos, sobretudo nas sociedades influenciadas pela cultura ocidental, como é o caso do Brasil, que foi colonizado pelos Portugueses.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM, 1984, p. 10).

Assim também, a divisão dos papéis atribuídos ao homem e a mulher, entendendo aqui homem/mulher por meio das diferenças biológicas, é uma tradição inventada. Que foi assimilada, institucionalizada e repetida até hoje em muitas sociedades. Por esse motivo, surgiram os Movimentos sociais que questionam as relações de gênero, nesse bojo estão os Movimentos de Mulheres.

O canto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe: literatura popular numa perspectiva da crítica cultural

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe surgiu em 1987, principalmente porque as mulheres trabalhavam na roça, assim como os homens, colhendo maracujá e ganhavam menos que estes, muitas não recebiam nada por isso, pois não eram reconhe-

cidas como trabalhadoras. Por toda essa história é que o MMTR de Inhambupe canta e as mulheres questionam “seu lugar”.

Assim, foi principalmente pela história de luta dessas mulheres e pela letra dos cantos que eu me interessei em estudá-las, mas no mestrado minha visão de pesquisadora ampliou-se para além das letras, passei a pensar também os cantos como literatura oral, como produção cultural. Para Culler (1999, p. 52):

Os estudos literários não estão comprometidos com uma concepção do objeto literário que os estudos culturais devem repudiar. Os estudos culturais surgiram como a aplicação de técnicas de análise literária e outros materiais culturais. Tratam os artefatos culturais como “textos” a ser lidos e não como objetos que estão ali simplesmente para serem contados. E, inversamente, os estudos literários podem ganhar quando a literatura é estudada como uma prática cultural específica e as obras são relacionadas a outros discursos”.

Nesse perspectiva é que lemos os cantos produzidos/entoados pelas mulheres integrantes do MMTR de Inhambupe e o texto/vida das mesmas, bem como suas performances culturais e não apenas contamos. Não estamos limitados aos antigos conceitos de literatura, não buscamos literatura em versos com rimas perfeitas, ou metáforas que levem o leitor a um mundo imaginário, não que esses elementos presentes em muitas literaturas sejam negativos, mas o que queremos acrescentar é que há muita literatura que foge desses estigmas, há muita literatura produzida pelas pessoas comuns, que devem ser lidas. Analisamos os cantos do MMTR de Inhambupe como uma prática cultural e os

relacionamos a outros discursos, ampliamos as técnicas de análise literária, saímos do texto estritamente escrito, lemos o texto e o contexto cultural em que essa literatura é produzida e divulgada, e pensamos também quem as produz ou reproduz. Quem são essas mulheres que moram na zona rural no interior do Estado da Bahia? O que elas cantam? Por que elas cantam?

Ainda segundo Culler (1999, p. 51), os estudos culturais são movidos pelo “desejo de recuperar a cultura popular como a expressão do povo ou de dar voz a cultura dos marginalizados e os estudos da cultura de massa”. Assim é que os cantos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMTR) de Inhambupe têm mais abertura para ser estudado e debatido na universidade.

Nesse sentido, movida pela curiosidade que deve existir em todo pesquisador e pelo desejo de vivenciar a realização da comemoração do dia Internacional da Mulher com as integrantes do MMTR de Inhambupe, saí muito cedo de Alagoinhas para Inhambupe. Ao chegar na sede, fui até a Praça do Matadouro de onde saiu um ônibus reservado pelo Movimento para buscar as mulheres, algumas estavam na sede e outras em suas casas na zona rural. Já na Praça do Matadouro encontrei uma pequena banda, composta de quatro instrumentos e quatro tocadores, os cantores eram os tocadores e os ouvintes. Todos muito animados se dirigiram ao ônibus, passamos por uma longa estrada de terra, com muitas curvas, muito verde e paramos em várias casas para pegar mulheres integrantes do Movimento e seus convidados (as), marido (a), filho (a), irmão (a), sobrinhos (a). No geral, as casas eram muito simples, de construção velha e telhados

que pareciam não serem muito seguros, todos os terrenos eram demarcados por cercas e ao passar pela estrada de ônibus pude ver algumas plantações e árvores que ficavam no interior das propriedades. As mulheres entravam no ônibus muito animadas, algumas nem sentavam, ficavam de pé dançando sozinhas ou em dupla.

A bandinha tocava em ritmo de forró, o som era produzido por uma sanfona, um triângulo, uma zabumba e pelo agogô, esse último instrumento era tocado por Antônia, integrante do MMTR de Inhambupe, que além de tocar puxava o coro e dançava. Interessante dizer que os outros tocadores eram homens, e que todos estavam de certa forma ligados à tocadora, um era irmão, outro sobrinho e outro amigo da mesma, como ela declarou.

Assim, diante dessas cenas descritas, percebemos que aquela divisão de papéis atribuídos ao homem e à mulher aqui já nos parece não fazer sentido. As mulheres saem dos seus lares, cantam, dançam, falam de si e os homens não surgem como seus dominadores, acompanham a cantoria, a voz que se ouve nesse espaço é a voz da mulher. Isso não significa que machismos não existem nessas famílias e que houve o fim da divisão e hierarquia dos personagens homem/mulher, mas nos sugere que a estrutura patriarcal encontra-se abalada, que as mulheres estão ressignificando o conceito do sujeito feminino.

Elas tocavam músicas religiosas e alguns sons de forrozeiros famosos na tradição nordestina, como Luiz Gonzaga, cantaram Asa branca e xote ecológico, por exemplo; Além dos cantos do Movimento, onde pude ver algumas mulheres

usando os livretos que elas produzem e distribuem todo dia oito de março desde 1998, nas comemorações/manifestações do dia Internacional da Mulher.

Os livretos são digitados e impressos pelo ex-prefeito do município, Benone Leys, e esposo da líder do Movimento, a qual diz que apenas durante o mandato de Benoni Leys, a prefeitura imprimiu os livretos. Ao ser interrogada sobre onde circulam os cantos, a líder esclarece que durante as comemorações do dia da mulher são distribuídos gratuitamente e também em outros dias, nas feiras e nas manifestações de luta.

Quanto a autoria dos cantos, muitos deles foram criados pelas integrantes do MMTR de Inhambupe: Maria Helena Leys, ex-lavradora e atualmente profissional autônoma, casada; Maria José Pereira da Silva, trabalhadora rural da comunidade do Mandacaru, divorciada; entre outras. Porém, nem todos são escritos pelas integrantes do MMTR de Inhambupe, alguns foram criados por integrantes do MMTR de outras regiões, ou foram retirados da cantoria popular tradicional da roça. Assim, a não identificação da autoria dos cantos é uma característica comum na poética da voz. Também é importante salientar que muitas dessas mulheres são analfabetas, mas participam da produção dos cantos, elas têm ideias do que escrever e falam para as outras mulheres que fazem a transcrição, construindo assim coletivamente o canto. Jerusa Pires (2010, p. 3), ao falar dos heterônimos e cultura de bordas esclarece:

No nordeste brasileiro, até hoje, vivem poetas analfabetos que ditam seus textos, outros que sabem ler, outros que sabem ler e escrever (com níveis de

domínios bem diversificados) e outros que já enviam por internet os seus poemas compostos segundo as regras e códigos poéticos tradicionais da oralidade.

Logo, os poetas da voz têm características peculiares, diferente dos considerados grandes autores da literatura brasileira, que geralmente são letrados, fizeram faculdade, são considerados intelectuais e muitas vezes donos do saber. Arelado a isso, a cultura da escrita instalou nas sociedades, em geral. Segundo Terezinha Taborda (2015, p. 5), foi a partir dos séculos XIII e XIV que se iniciou essa valorização do texto escrito, ela cita os livros de linhagens escritos nesse período como importante influência para esse fenômeno, ela diz que nesses livros as listas das famílias nobres portuguesas aparecem “ao lado de relatos e episódios históricos e narrativas fatídicas relacionadas às origens dessas famílias”. Esse recurso, era utilizado por alguns integrantes da comunidade para guardar na memória a história do seu povo.

Hampaté Bâ (1982) no texto *A Tradição Viva*, descreve um estudo sobre a importância da oralidade na tradição africana, aponta os tradicionalistas como importantes personagens para guardar a memória viva da África, depositários da herança oral. Na tradição africana a palavra oral tem mais valor que a escrita, diferente de grande parte das sociedades no mundo. Hampaté (1982, p. 181) afirma: “Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o potencial veículo da herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura”.

Segundo Terezinha Taborda, a sacralização da escrita perdura até pelo menos o século XIX, quando a língua falada

pelo povo passa a ser mais valorizada e o discurso oral surge como objeto de valor estético, “passível de ser encenado na literatura”. (2015, p. 5). A partir da segunda metade do século XX a tradição oral passou a ser reconhecida como afirmação da identidade, conhecimento que marca uma dada comunidade. Entretanto, o ensino de Letras, durante boa parte do século XX, nega a língua e as artes das culturas populares, pensando a tradição de forma negativa. “Zumthor chama nossa atenção para o fato de que tanto a oralidade quanto a escrita são condições sine qua non, para a existência da tradição” (TABORDA, 2015, p. 9).

Assim, podemos perceber que a oralidade na história das sociedades era valorizada inicialmente, mais tarde ouve a sacralização da escrita, poucos tinham o domínio dessa tecnologia e a linguagem utilizada na literatura era a considerada erudita, dicotomizando e hierarquizando, oralidade e escrita. Porém, essa maior valorização da escrita começa a se diluir após as duas grandes guerras: a Primeira Guerra (1914-1918) não foi entre nações, mas entre blocos de nações imperialistas e industriais. O resultado foi, entre outras coisas, muitas mortes e o fracasso e empobrecimento da Alemanha, fato que levaria a uma segunda Grande Guerra. Essa começou em 1939, quando a Alemanha Nazista, liderada por Adolf Hitler, atacou a Polônia. A guerra perdurou até 1945, e envolveu muitas nações, incluindo (desde 1941) os EUA e a União Soviética. O nacionalismo, as disputas territoriais (na Europa e nas colônias) e a competição econômica por mercados foram fatores em comum que desencadearam nas duas Guerras Mundiais. Suas naturezas destruidoras se desenvolveram a partir do crescente uso da ciência e da tecnologia na produ-

ção bélica (ex.: gás mostarda na Primeira Guerra Mundial e bomba atômica na Segunda Guerra Mundial) e na produção em escala industrial de armamentos. Todavia, a nova guerra vai ser ainda mais devastadora que a primeira, pois não vai matar 10 milhões, vai matar de 50 a 70 milhões de seres humanos.

Retomando nosso debate sobre oralidade, que passa a ter uma maior valorização após as duas Guerras Mundiais, pensemos que o canto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe se inscreve nesse contexto de valorização da cultura popular dentro do curso de Letras, a nível de mestrado. Os cantos têm origem na oralidade. O Movimento surgiu no município desde a década de 80 e apenas a partir de 1998 iniciou-se a produção dos livretos, com o propósito de que os ouvintes das apresentações culturais das mulheres possam acompanhar a cantoria, mas na própria transcrição dos cantos encontramos marcadores linguísticos que tentam apontar a expressão oral presentes no momento de realização do canto, como vimos anteriormente. Edil Costa (2015, p. 9) no texto, *Considerações sobre culturas populares, memórias e narrativas*, afirma:

Os folhetos de cordel, enquanto folheto impresso, valem como lembranças das narrativas guardadas na memória e, assim como os textos virtuais (anteriores à performance do narrador e ao seu registro), são patrimônio imaterial. O que os diferencia é que o folheto é visível e tocável. Pode-se segurá-los nas mãos, folhear, ler. O texto oral, sem o registro em áudio, vídeo ou anotações escritas, é volátil. Seu arquivo é exclusivamente a memória do narrador e o contato com ele é momentâneo e transforma o ouvinte em portador do acervo, já que o narrador partilha seu repertório com quem o ouve.

Assim como acontece na literatura de cordel, a literatura produzida ou entoada pelas integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe se compõe pelo saber popular, mas extrapola a cultura tradicional machista, na qual estão inseridas. Assim como os cordelistas, as mulheres produzem livretos, por meio dos quais elas registram seus pensamentos, desejos e conquistas, com o intuito de divulgar o Movimento e conquistar os ouvintes, principalmente as mulheres. Para pensarmos um pouco mais sobre essa literatura vamos observar um dos cantos entoados ainda no ônibus a caminho para Volta de Cima, comunidade onde ocorreram as manifestações culturais do MMTR de Inhambupe, em homenagem ao dia da mulher, neste ano:

Para lavar roupa sou mulher? Sou mulher. Pra lavar prato? Sou mulher.

Par cozinhar? Eu sou... Pra ter dinheiro? Porque eu não sou mulher?

Pra ter filhos? Eu sou mulher. Trabalhar na roça? Eu sou mulher!

Fazer comida? Eu sou... Pra ter direitos? Porque não sou mulher?

Cuidar do marido? Eu sou mulher. Pra remendar? Eu sou mulher

Pra produzir? Eu sou... Pra ser candidata? Porque eu não sou mulher!

O grande número de interrogações presente nesse canto nos faz perceber que, ao contrário do que se costuma esperar de mulheres que moram na zona rural — possuidoras de pouca ou nenhuma escolaridade, que quase sempre não dispõem de muitas ferramentas de informação, que trabalham arduamente plantando e colhendo, limpando casa, lavando roupa, fazendo as refeições, entre outras atividades

— revela que, essas mulheres pensam sim e pensam muito, têm uma consciência política que muitos letrados e ou moradores/as da cidade não têm. Elas questionam os lugares que historicamente foram reservados para as mulheres e por meio de interrogações elas assumem outros lugares para elas mesmas, afirmando: eu sou mulher para ter dinheiro, para ter direitos e para ser candidata. Observemos como essa letra do canto é forte, nos parece uma fala de afrontamento, como se tivesse um interlocutor que dissesse para elas quais eram os seus lugares, então elas cantam em coro: “se eu sou mulher para lavar prato, para cozinhar, para ter filhos, para fazer comida, também sou mulher para atuar onde eu quiser, para ter direitos e ter dinheiro”. Assim, fica evidente a consciência política dessas mulheres, que fazem da tradição cultural da zona rural — cantos, samba de roda, dança — armas de luta contra a teoria ocidental hegemônica que tenta excluir as mulheres do processo de construção das sociedades ou tentam retirar-lhes o direito de viver bem, de serem respeitadas, sobretudo, pelos esposos.

Entretanto, todo esse potencial literário, cultural e político, fica de fora dos estudos das teorias literárias, que “historicamente prestigiou o texto escrito” (COSTA, 2013, p. 1) e como manifestação cultural, pode até ser citado por algum segmento da sociedade, mas não analisado, discutido, valorizado, é visto apenas como uma manifestação folclórica, sem valor político ou estético. Gonzalo Espino ao estudar a literatura oral quéchuas produzida na região Andina, afirma que a concepção de literatura que circula na América Latina coincide com a teoria literária dominante da Europa. Nesse contexto a literatura representará a sociedade dominante,

que segundo Espino se define por meio de três argumentos: primeiro a existência de unidade nacional, que se enuncia por meio de uma única língua; segundo, essa língua literária se comunica por meio da escrita e por último, essas expressões se movem sobre modelos conservadores e qualquer renovação é descartada pela instituição literária.

Partindo desse pensamento construído em torno da literatura, a tradição oral tornar-se-ia desqualificada para o estudo literário, pois o texto oral, se constrói por meio de uma língua viva, que se renova a cada momento de enunciação, a cada grupo e a cada contexto e o seu suporte é a fala. Por isso tudo, Gonzalo Espino reflete sobre a literatura indígena afirmando: “Siendo uma literatura de indígenas, de no-letrados, ésta no correspondia a las “belas letras” sino a la “culturas primitivas, por lo mismo, estudiadas por el folclore”. (2015, p. 12), ou seja, a literatura produzida por índios, não letrados não se constituiria em um objeto de qualidade estética, uma bela arte, logo deveria ser estudada como folclore. Assim também, aqui no Brasil essa concepção de tradição oral se repete. No que se refere aos cantos produzidos pelas integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe também podemos questionar: Quem produz essa literatura? Mulheres, moradoras da zona rural, na sua maioria não letradas. Assim também sua literatura não teria valor estético literário, porém como até aqui temos discutido, os estudos culturais e assim também o literário tem se remodelado nesse sentido. Por isso, tem crescido muito o número de pesquisa nessa área.

Assim, o debate sobre qual literatura seria a mais importante, se a literatura oral ou a escrita, percebemos que

ambas têm o seu valor. Pois, ainda que a poética da voz tenha sido historicamente desvalorizada, tenha ficado de fora do cânone, é principalmente no seu discurso que reside a literatura viva, falada pela maioria das pessoas da sociedade, inclusive os não-letrados, que munidos de um acervo cultural gigantesco, guardado em sua memória, narraram sua forma de vida, transmitem o conhecimento da sua comunidade e como vimos nos canto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMTR) de Inhambupe, enunciam criticamente a realidade que vivem, denunciam as desigualdades e proliferam o desejo de mudança. Tudo isso, por meio não só da fala, mas também dos gestos, da performance e do som dos instrumentos, elas mobilizam a comunidade e buscam serem ouvidas no Brasil e no mundo. Aliado a esses recursos, as mulheres também produzem os livretos, que contribuem para que aqueles não sabem os cantos possam acompanhar a cantoria e para aquele que não puderem assistir às suas performances conheçam o seu canto e compartilhem dessa luta feminista.

Os cantos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe e seus letramento

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe, embora bem articulado e exista no município há mais de trinta anos, ainda não tem tanta visibilidade no município, muitos moradores somente ouviram falar. Somado a essa quase invisibilidade, o relacionamento desse MMTR com as escolas do município nunca foi muito amistoso. Segundo relatos de Maria Helena Leys, as escolas sempre tiveram um preconceito contra o MMTR, professores

e diretores não gostavam e não podiam abrir as portas dos colégios para o Movimento. Eis a sua fala: “Sempre fomos proibidas de entrar nos colégios, em 1993 trabalhamos fazendo cadastramento da frente de trabalho durante o período de seca, do lado de fora da escola, o vento levando as folhas em que anotávamos”. Segundo ela, as mulheres eram acusadas de serem comunistas e por isso eram boicotadas. Quando perguntada, por que os professores não utilizavam os materiais produzidos pelo Movimento em sala de aula, afinal dentro da sala eles teriam certa liberdade, a resposta foi: “Liberdade? Só se for em outro lugar, aqui não existe isso não”. Essa frase, nos leva a questionar se o município de Inhambupe vive em regime democrático, pois parece que há um certo controle político perceptível na história do mesmo.

Porque será que o MMTR de Inhambupe não é ouvido, como deveria? Foucault diz: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque se luta, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar” (1971, p. 10). Nesse sentido, o MMTR Inhambupe luta principalmente pelo ressoar do seu canto, pelo poder do discurso, para que sua palavra seja legitimada de forma a romper o discurso patriarcal anteriormente legitimado/naturalizado.

Sendo assim, as mulheres do MMTR de Inhambupe buscam construir suas identidades, negando aquela que foi construída pela sociedade, de mulher nordestina, baiana, roceira como um sujeito sem potencial, que fica no seu cantinho realizando todas as tarefas que lhes foram atribuídas, sem questionar, sem buscar mudanças, sem participação nas ações sociais e conseqüentemente na construção da história.

Essas mulheres, pelo contrário, buscam através do discurso, seja nas conversas no dia-a-dia, seja nas negociações com outras instituições, ou através dos cantos, construir a sua realidade social. Sobre isso, Moita Lopes (2002, p. 31) afirma:

O discurso como uma construção social é, portanto, percebido como uma forma de ação no mundo. Investigar o discurso a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão, desse modo, construindo a sua realidade social e a si mesmo: através da comunicação social as pessoas definem e constroem sua realidade social, dão forma e agem sobre ela.

Assim, todo esse desejo de mudança e todas as ações realizadas nesse sentido, utilizam como suporte a linguagem. Nesse contexto, a escola, enquanto instituição legitimadora do saber e responsável por sistematizar o processo de assimilação da linguagem, deveria incorporar em seus conteúdos os diversos tipos de linguagens, como a dos cantos produzidos pelo MMTR de Inhambupe. Não apenas porque eles poderiam abrir discussões interessantes acerca das relações de gênero, mas também porque representa as vozes de pessoas envolvidas no próprio ambiente escolar. Muitos alunos são filhas (os), netas (as) ou até mesmo amigos de integrantes do Movimento e vivenciam as lutas dessas mulheres, ou de outras que sofrem violência em casa, física ou não. Melhor dizendo, a luta por uma sociedade mais justa é de todos, o ambiente escolar, sendo um ambiente composto de pessoas, inevitavelmente está inserido em uma rede complexa de relações e o papel do homem e da mulher é quase sempre reforçado pela escola.

Nesse momento, gostaria de trazer mais um canto entoado pelas mulheres do MMTR de Inhambupe, que mostra a consciência política desse grupo. As mulheres lutam por direitos, por políticas públicas, mas quando conseguem precisar cobrar e muitas são as estratégias que elas utilizam para atingirem seus objetivos, isso tudo fica evidente em seus cantos:

As mulheres estão lutando... Pra os direitos conquistar...
No movimento de mulher... Declarada a profissão...
Lutando por políticas públicas... Pra mulher participar..
Quando elas forem implantadas... Nossa vida melhorar...
A saúde é um direito... O Pronaf Mulher...
O salário maternidade... Exclusivo da mulher...
Trabalhadora rural... a ordem é se libertar
Pra acabar com o machismo... e os homens apoiar...
Lavradora que participa... já conhece os seus direitos...
Convida as outras companheiras... Pra todas participar
Mulheres de outras roças... onde não tem o movimento...
Não sabem o que estão perdendo... se libertar e se alegrar...
As mulheres hoje em dia... Têm todos os seus direitos...
Na lei do nosso país... Com o apoio do presidente...
Felicidade é importante... sem medo de ser feliz...,
É o nome do movimento... de Inhambupe de mulher...

O canto apresentado acima é o hino do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe. Nesse canto, do primeiro ao oitavo verso, apresentam-se algu-

mas importantes reivindicações do Movimento. Este é iniciado com a frase “As mulheres estão lutando...”, e, a partir de então, enumera-se pautas reivindicatórias, tais como: luta por direitos; por uma profissão declarada, lavradora; por políticas públicas; pela saúde; por créditos para a mulher, através do Ponaf Mulher (Programa Nacional de agricultura Familiar); além do salário maternidade e da luta contra a opressão masculina. Além disso, no oitavo verso elas cantam: “Pra acabar com o machismo... e os homens apoiar... esse desejo do grupo revela seu ideal feminista, que almeja o fim do pensamento patriarcal, excludente e muitas vezes agressivo, mas não busca inferiorizar os homens e sim trabalhar junto com eles por uma sociedade mais justa. Nos versos onze e doze elas dizem: “Mulheres de outras roças... onde não tem o movimento... Não sabem o que estão perdendo... se libertar e se alegrar...” Nesse ponto, percebemos que as integrantes do MMTR tentam convidar as mulheres de outras roças a participarem do Movimento e utilizam os verbos libertar e alegrar, termos que parecem ter força na luta das mulheres, como se estas tivessem sempre que fugir do aprisionamento, um aprisionamento ideológico, mas que constroem barreiras físicas, que precisam ser derrubadas diariamente pelas mulheres.

Nesse sentido, podemos pensar se não existiria uma contradição entre o potencial político e literário dos cantos e a posição social das autoras/cantoras dos referidos cantos, pois como já foi dito, são em sua maioria, analfabetas e não-letradas, ou seja, não possuem a habilidade para ler e escrever, graficamente. Esse fato ficou comprovado em uma pesquisa que realizei em 2008, durante a minha graduação, a

qual revelou que em Inhambupe 40% das integrantes do MMTR não têm nenhuma escolaridade, não são alfabetizadas; 10% não têm escolaridade, mas se consideram alfabetizadas, devido à participação em projetos de Educação de Jovens e Adultos; 30,5% fizeram entre a Primeira e a quarta série, antigo primário, mas escrevem com muita dificuldade; 3,75% fizeram de quinta a oitava série, antigo ginásio; 2,5% fizeram o segundo grau incompleto e 7,5% segundo grau completo. No nível universitário, apenas a líder do Movimento, Maria Helena Leys, declarou estar no segundo semestre de Direito, logo nenhuma dessas mulheres tinham o terceiro grau completo, no ano em que a pesquisa foi realizada.

Dados que nos permitem concluir que 80,5% das mulheres que integram o Movimento são semianalfabetas, pois se reunirmos 40% das não alfabetizadas, mais 10% das alfabetizadas em projetos de EJA e os 30,5% daquelas que fizeram o primário, veremos que restarão apenas 19,5% de mulheres que podem considerar-se alfabetizadas. Porém, as mesmas têm uma grande capacidade de interpretar o mundo e as situações em sua volta, de fazer análises críticas que muitas vezes não são estimuladas e desenvolvidas nas escolas e por isso mesmo, muitos "letrados", não possuem a mesma capacidade crítica de interpretar textos escritos, texto/vidas e situações do cotidiano. Nesse ponto podemos questionar: Será mesmo que essas mulheres não são letradas? Partindo desse pensamento, Paulo Freire (1995) nos diz que primeiro lemos o mundo e depois lemos as palavras. Logo, o conhecimento de mundo teria tanta ou mais importância que a decodificação dos grafemas no processo de leitura.

Nessa perspectiva, o sujeito alfabetizado não pode ser considerado, necessariamente, letrado. Marlene Coelho esclarece: "Alfabetizar é ensinar o código alfabético, letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura" (2007, p. 65). Tais conceitos representam um avanço no que se refere as discussões em torno do processo de ensino/aprendizagem da escrita, pois antes, apenas a codificação dos grafemas era o suficiente para alfabetizar os educandos e não se perguntava se os mesmos eram capazes de fazer uso da leitura e da escrita. Magda Soares, explica que: "Só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leituras e de escrita que a sociedade faz continuamente." (1998, p. 20).

Os estudos nessa área não parou por aí, a concepção de letramento tem se ampliado ainda mais e extrapolado os limites da leitura e da escrita gráfica. Não se pensa mais o letramento como algo restrito à esse universo. Vários estudos têm sido realizados nesse sentido, mostrando que muitas crianças, por exemplo, podem apresentar habilidades de leitura de mundo, ou ao ouvir a leitura de textos, antes mesmo de aprenderem a ler e escrever ou assim também, podem organizar muito bem sintaticamente as frases ou possuir um vocabulário muito próximo do mundo da escrita. Ângela B. Kleiman (1995, p. 20) esclarece:

O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal como ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das

agências de letramentos, preocupa-se, não com o letramento, a prática social, mas com apenas um tipo de prática do letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. Já outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientação de letramentos muito diferentes.

Assim, para Kleiman, o letramento escolar se limita a possibilitar ao educando a aquisição da habilidade para ler e escrever, muito importante para a formação do mesmo, mas não investe em outras formas de letramento, voltados para o uso desses instrumentos na prática social. Assim também, muitas vezes não estimula o aluno a realizar leituras críticas. Porém, outras agências de letramento, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) Inhambupe, fomentam o letramento na prática social, fazendo uso ou não da escrita.

Se retornarmos ao início desse texto, veremos que ao narrar o evento que as mesmas realizaram no dia oito de março deste ano, notaremos que essas mulheres estão imersas no mundo da escrita, por meio dos cartazes que decoravam o local; os livretos, que registram a letra dos cantos; também havia uma mesa sobre a qual tinha muitos folhetos do MMTR, boletins informativos, revista sobre o cultivo da terra, sobre como empreender, calendários, entre outros textos. Muitas mulheres pegaram as revistas, folhetos e saíram lendo, umas liam as palavras, outras, as imagens. Nessa perspectiva, Durante (1998, p. 28), citado por Aurea Pereira, “adultos não alfabetizados possuem o conhecimento sobre a

escrita e sua função, mesmo sem passarem por um processo de escolarização”, pois por meio da interação com a sociedade letrada que os ainda não alfabetizados graficamente produzem e reconhecem o sistema da escrita.

Importante salientar que além desse evento de letramento, essas mulheres participam de muitos outros. Elas se reúnem periodicamente, nessas reuniões tomam decisões, elencam pautas, fazem atas, até escrevem novos cantos. O fato é que as integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe, embora muitas não saibam ler e escrever e não frequentem ou frequentaram as escolas, sempre estão em contato com o mundo da leitura e da escrita. Nesse debate, gostaria de pensar o letramento numa perspectiva mais ampla, como nos apresenta Brion Street, a qual fala em letramentos, variados e contextualizados, os quais não estão necessariamente ligados a prática da leitura e da escrita, ela aponta a atividade de administração do lar como letramento, por exemplo.

Street (2006, p. 466) para falar de mulher e letramento cita Rockhill, vejamos o que a mesma elucida:

O trabalho de Rockhill (1987) sobre gênero e letramento nos Estados Unidos mostrou que as mulheres hispânicas, tentando livrar-se da pobreza e do jugo de homens dominadores e frequentemente violentos, constroem uma imagem de uma identidade alternativa para si mesmas que associam com a aquisição de um novo letramento. Elas, de fato, já praticam consideráveis habilidades de letramento na administração do lar e nas relações com os órgãos do governo, escolas, etc., mas esse letramento doméstico é marginalizado e é associado a baixo status. O tipo de letramento oferecido por

curso em colleges, por outro lado, é associado a status superior e às ocupações e identidades a que elas aspiram.

Partindo dessas concepções, as mulheres do MMTR de Inhambupe são letradas e fomentam o letramento. Assim, os cantos, as performances realizadas nas apresentações culturais, as lutas/conquistas pelo Movimento e o texto/vida dessas mulheres, constituem objetos em potencial, para o letramento, para a formação de leitores críticos e para a construção desconstrução dos sujeitos femininos. Agindo também, na formação das subjetividades. Ainda que em muitos momentos e contextos seus cantos não sejam valorizados, seus letramentos sejam desqualificados, suas lutas invisibilizadas, que seu trabalho doméstico continue sendo desvalorizado e que em contrapartida o conhecimento valorizado em muitos casos seja o escolar e o acadêmico, os quais podem nem conseguir atingir diretamente e positivamente a vida dos indivíduos, as mulheres do MMTR de Inhambupe seguem lutando e questionando todas as formas de dominação, buscando construir outras formas de vida não calcada no patriarcalismo. Como nos diz Áurea Pereira (2011, p. 88):

Demonstra ter uma convivência com a leitura e a escrita, como também o reconhecimento dos valores atribuídos a esse saber. Sabe ler e interpretar o mundo, apesar de não saber codificar e decodificar a língua escrita, mas dela faz uso para construir seu juízo valor e sua opinião, sabe recorrer aos espaços de letramento social e crítico para tomar suas próprias decisões.

Considerações Finais

O processo civilizatório que acometeu as sociedades, ao que nos parece, nos trouxe benefícios, mas também desigualdades e problemas sociais maiores do que nas sociedades primitivas. Se pensarmos na organização do Brasil em aldeias indígenas, por exemplo, ainda que não conheçamos sua organização mais de perto, veremos que as mesmas estão organizadas de forma que o bem estar seja um benefício para todos. Em contrapartida, as sociedades “civilizadas”, se sistem numa divisão desigual dos bens e direitos. Uma grande maioria da população pobre trabalha para os poucos ricos e para que essa estrutura calcada no capitalismo se mantenha, muitas são as formas de exclusão. Nesse bojo, as mulheres pertenceriam a uma das camadas da sociedade excluídas da melhor fatia do bolo, na economia, na política e nas práticas diárias.

Nessa perspectiva, várias instituições têm se edificado ao longo da história com o propósito de manter as estruturas hierárquicas e a escola é uma delas. Todavia, a mesma também pode ser usada como espaço de agenciamento para mudanças, mas para que isso aconteça será preciso o envolvimento de todo corpo escolar, sobretudo, o envolvimento dos professores. Os mesmos, podem extrapolar os limites dos conteúdos apresentados nos currículos escolares e trazerem para sala de aula discussões emergenciais, como as discussões de gênero, utilizando para tanto literaturas populares, como o canto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe. Visto que, percebemos o potencial literário e político dos mesmos, aqui esboçamos ape-

nas algumas possíveis interpretações para os cantos, inúmeras outras podem ser feitas. Sem falar no texto/vida dessas mulheres e do Movimento. Tudo isso, poderia nos servir de base para pensarmos as relações de gênero e as variadas formas de letramentos, nos questionando quanto as nossas práticas pedagógicas e o ensino de língua portuguesa e literatura, enquanto professores de Língua.

Assim, diante do debate aqui iniciado, percebemos que há muita vontade de verdade impregnada nos diversos discurso que nos cercam como verdades instituídas, percebemos que discutir gênero, literatura oral/escrita, alfabetização/letramento, saber escolar e acadêmico/ saber popular, envolve questões muito complexas e relações de poder. Logo, um artigo como esse apenas pode nos instigar a ler mais, a pesquisar mais sobre esses temas, mas principalmente nos instigar a inquietarmo-nos diante de conceitos aparentemente tão bem definidos e com seus lugares preestabelecidos, os quais podemos e devemos mexer.

Referências

Bâ, Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZEBO, j. *História Geral da África. I; metodologia e pré-história da África*. São Paulo: UNESCO, 1982.

CARVALHO, Marlene. O que significa letramento? In: *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, Edil Silva. *Contos e causos da Bahia*. Belo horizonte: FALE/UFMG, 2016.

COSTA, Edil Silva; FRANÇA, Daiane de Araújo. Por uma cartografia das poéticas da voz na Bahia: métodos de registro e interpretação. In: *Revista a cor das letras*, n. 14, Feira de Santana, 2013. Disponível em: http://www2.uefs.br/dla/publicacoes/cor_das_letras/cordas_letras_14-2013.pdf.

COSTA, Edil Silva. Uma guardiã de memórias: entrevista com a professora. Dr. Josebel Akel Fares. In: *Revista pontos de interrogação*. A invasão linguístico-literária das ciências humanas – Vol. 1, n. 2, jul./dez. 2011, p. 157 – 163. Disponível em: <http://poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/v1n2/12>.

COSTA, Edil Silva. Considerações sobre culturas populares, memórias e narrativas. In: *Revista da Cultura*, ano 2, n. 2, jan/jun. 2015. Disponível em: [http://revistadacultura/581-126-1-PB%20\(1\).pdf](http://revistadacultura/581-126-1-PB%20(1).pdf).

COSTA, Edil Silva. Narrativas orais na contemporaneidade: conexões e fissuras. In: *Revista sentido da cultura*, v. 2, n. 2. 2015. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/sentidos/article/view/581>.

CULLER, Jonathan. Literatura e Estudos Culturais. In: *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo. Becca, 1999. p. 48-58.

DORING, Katharina. Memórias Fractais do Samba de Roda – Patrimônio cênico-musical em voz, gesto, som e movimento. In: *Revista Trans*, n. 19, 2015, p. 1 – 26.

ESPINO, Gonzalo Relucé. *Literatura oral, literatura de tradición oral*. Lima: Pakarina Ediciones, 2015.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Cultura das bordas*: edição, comunicação, leitura. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Terra e Paz, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª edição. SP: Edições Vértice. Editora *Revista dos Tribunais*, 1990.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: *A invenção das tradições*. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, T (ed.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

LIMA, Ari. *Uma crítica cultural sobre o pagode baiano: música que se ouve, se dança e se observa*. Salvador: Pinaúna, 2016.

LOBES, Luiz Paulo da Moita. Discursos de identidade em salas de aula de leitura: a construção da diferença. In: *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2002.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, Mercado de Letras, 1995.

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.

MOREIRA. Terezinha Taborda. *Literatura e oralidade*. SCRITA, Belo Horizonte, v. 19, p. 9 – 20, 2º sem. 2015. Disponível em: Downloads/Dialnet-LiteraturaEOralidades-5821946%20(2).pdf.

PEREIRA, Áurea da Silva. Histórias de Letramento e Alfabetização. In: SANTOS, C.; GARCIA, P. e SEIDEL, R. (Org.). *Crítica cultural e educação básica: Diagnósticos, proposições e novos agenciamentos*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.

SOUSA, Maurílio Antônio Dias. A emergência de um sistema dualista: trânsitos e autonomias. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 35. Brasília, janeiro/junho de 2010, p. 31-39. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/1628>.

SOUZA, Jessé. *A tolice da Inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

SILVA, Andréa Betânia da. *Entre pés-de-parede e festivais: rota(s) das poéticas orais na cantoria de improviso*. 2014. 845f. Tese de Doutorado - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, 2014.

STREET, Brian. Perspectivas interculturais sobre o letramento. In: *Filologia e linguística portuguesa*, n. 8. 2006. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/flp/article/view/59767/62876>. Acesso em: 15 mai. 2018>.

MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – Sem medo de ser feliz: Livreto de canto do Movimento. Bahia, março. 2003.

SALVE O DIA INTERNACIONAL DA MULHER - Trabalhadora rural declare sua profissão. Livreto de Cantos. Bahia, março. 2007.

[Recebido: 31 out. 2017 — Aceito: 4 dez. 2018]